

PEC da Transição, que garante os R\$ 600 do Bolsa Família em 2023, chega ao Senado

A promessa do presidente eleito, Lula (PT), de manter os R\$ 600 do novo Bolsa Família e garantir mais R\$ 150 por criança de até seis anos de idade, começou a ser colocada em prática. No início da noite dessa quarta-feira (16), o coordenador-geral do gabinete de transição e vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB-SP), entregou ao Senado Federal o texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição.

O objetivo é garantir no orçamento R\$ 175 bilhões anuais necessários para ajudar a combater a fome e à miséria. Para isso, o Congresso Nacional precisa aprovar que esse valor fique de fora do Teto de Gastos Públicos, criado em 2017 pelo golpista Michel Temer (MDB-SP), que congelou os investimentos públicos por 20 anos. Sem esse dinheiro fora do teto, o novo governo não teria como bancar outros serviços essenciais em áreas como saúde, educação e obras de infraestrutura, entre outros. Veja abaixo as propostas do PT para utilizar o dinheiro que ficará de fora do teto dos gastos.

Segundo Alckmin, os estudos apontam que as famílias mais necessitadas são as que têm crianças pequenas. Daí a importância da chamada PEC da Transição. Conforme informou, a questão do prazo, de quanto tempo essa despesa ficará fora do teto, será objeto de discussão entre senadores e deputados. Lula defendeu durante entrevista no Egito, que fique fora por quatro anos.

Alckmin negou que a PEC seja algum tipo de “cheque em branco”. “É o cuidado com o social, para combater a fome, atender as crianças e erradicar a pobreza”, declarou.



De acordo com o relator-geral do Orçamento de 2023 no Congresso, senador Marcelo Castro, a minuta da PEC tem três pontos. O primeiro é o pagamento do Auxílio Brasil, que voltará a ser chamado pelo nome original, Bolsa Família, estimado em R\$ 175 bilhões, sem um prazo para figurar fora do teto de gastos, mas o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD) defende a liberação fora do teto apenas nos próximos quatro anos, assim como Lula.

O segundo ponto trata da possibilidade do excesso de arrecadação — que seria destinado a investimentos no montante de até R\$ 23 bilhões e que também ficaria fora do teto.

O terceiro ponto deixa fora do teto as receitas próprias para universidades. Neste último caso, explicou Alckmin, se houver arrecadação extra, 40% deverão ser alocados para investimentos e 60% para pagamento da dívida. Mas enfatizou que os recursos para investimentos não poderão ultrapassar o limite de R\$ 23 bilhões.

A votação

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, que está em viagem ao Egito participando da COP-27, já havia dito que os senadores deverão votar a PEC da Transição na última semana de novembro. Segundo ele, a ideia é fazer uma reunião de líderes e acertar um cronograma de votação. Ele também disse que não há uma definição sobre a relatoria da matéria, mas apontou que será alguém capacitado e familiarizado com o tema.

O senador Marcelo Castro disse que “não queria fazer terrorismo”, mas advertiu que, se a PEC não for aprovada, “não será possível fechar o Orçamento”. Segundo ele, o Orçamento tem “muitos furos”, como o esvaziamento de programas como o Farmácia Popular, que beneficia principalmente a população mais pobre.

“Para abrir espaço para esses investimentos, há a necessidade da PEC. Um horizonte possível é que queremos aprovar essa PEC antes do fim do mês de novembro”, afirmou Castro.

Fonte: CUT

Recomendações para o enfrentamento da pandemia de Covid-19

Considerando o aumento no número de casos de Covid-19 e circulação da subvariante BQ.1 da linhagem Ômicron do coronavírus no Brasil, o Instituto Federal do Maranhão (IFMA) reforça a necessidade de respeitar os protocolos sanitários como forma de prevenção e controle.

É obrigatório o uso de máscara por servidores, estudantes, visitantes e prestadores de serviço, em todos os ambientes da instituição. Além disso, é importante atentar para a higienização frequente das mãos com álcool em gel 70% ou sabão e água. O Instituto solicita ainda que a comunidade acadêmica fique atenta às atualizações do calendário vacinal de cada município e tome todos os reforços necessários do imunizante contra a Covid-19.

Procedimentos para casos suspeitos e/ou confirmados de Covid-19



Servidores e estudantes que apresentem suspeita de contágio pela Covid-19 devem buscar atendimento médico na rede de saúde, para realização de teste e conclusão do diagnóstico. Os estudantes, em caso de confirmação, devem comunicar ao profissional de saúde da Coordenadoria de Assuntos Estudantis ou setor equivalente do campus, por e-mail ou telefone, e enviar o atestado médico. Já os servidores devem comunicar a sua chefia imediata e enviar o atestado médico, obrigatoriamente, pelo aplicativo SouGov.br, atendendo ao prazo

de 5 (cinco) dias corridos, conforme Manual de Biossegurança do IFMA.

O Comitê Central de Crise para o Enfrentamento ao Coronavírus no IFMA segue monitorando as alterações na situação epidemiológica no estado, recomendando ainda que os Comitês Locais também acompanhem a evolução da pandemia no âmbito dos campi. Caso necessário, novas medidas serão tomadas de modo a preservar a saúde e a vida dos estudantes e servidores.

Fonte: IFMA

